



Número: **0800163-57.2019.8.20.5139**

Classe: **PROCEDIMENTO COMUM**

Órgão julgador: **Vara Única da Comarca de Florânia**

Última distribuição : **24/04/2019**

Valor da causa: **R\$ 8.606,25**

Assuntos: **Seguro obrigatório - DPVAT**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
SILVANEIDE MARIA DA SILVA MEDEIROS SANTOS (AUTOR)		FLAVIA MAIA FERNANDES (ADVOGADO)	
SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A. (RÉU)			
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
42250514	24/04/2019 16:45	<a href="#">Petição Inicial</a>	Petição Inicial
42250581	24/04/2019 16:45	<a href="#">Boletim de ocorrência</a>	Documento de Comprovação
42250587	24/04/2019 16:45	<a href="#">Documento recebimento adm</a>	Documento de Comprovação
42250603	24/04/2019 16:45	<a href="#">Documento veiculo</a>	Documento de Comprovação
42250616	24/04/2019 16:45	<a href="#">Documentos comprobatórios</a>	Documento de Comprovação
42250631	24/04/2019 16:45	<a href="#">Laudo médico</a>	Documento de Comprovação
42250647	24/04/2019 16:45	<a href="#">Procuração e documentos</a>	Procuração

**EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DE UMA DAS VARAS DA  
COMARCA DE FLORÂNIA/RN, A QUEM POR DISTRIBUIÇÃO LEGAL COUBER.**

**SILVANEIDE MARIA DA SILVA MEDEIROS**, brasileira, união estável, agricultora, portadora do RG nº 1.733.489 SSP/RN e inscrita no CPF sob o nº 028.769.004-08, residente e domiciliada no Sítio Umbuzeiro, Zona Rural de Tenente Laurentino Cruz/RN, fone (84) 9.9854-2849 através de sua advogada que *in fine* assina, com endereço profissional abaixo mencionado, vem respeitosamente, a presença de Vossa Excelência, propor a presente:

## **AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO OBRIGATÓRIO – DPVAT**

-

Em face de **SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DPVAT**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 09.248.608/0001-04, com o endereço eletrônico *citação.intimacao@seguradoralider.com.br* endereço funcional à Rua Senador Dantas, 74, complemento 5, 6, 9, 14 e 15 andar, bairro Centro, Rio de Janeiro/RJ, CEP: 20031-201, pelos fatos e fundamentos adiantes elencados.

Rua Moisés Galvão, 125, Centro, Currais Novos/RN - CEP: 59380-000.

TEL (84) 3412-1112 / CEL (84) 9971-7115 - E-mail: flaviamaiaadvocacia@hotmail.com

## **I – DA JUSTIÇA GRATUITA**

01. A parte autora é pessoa pobre na forma da lei, não possuindo condições de arcar com às custas e despesas processuais sem prejuízo próprio e de sua família. O pedido tem por base o disposto no art. 98, §1º do Novo Código de Processo Civil; na Lei nº 1.060/50 e nos termos do artigo 5º, LXXIV, da Constituição Federal, os quais estabelecem as normas para concessão de assistência judiciária aos necessitados. Por tais motivos requer os benefícios da justiça gratuita.

## **II - DOS FATOS**

02. A parte requerente sofreu acidente motociclístico em 17/11/2018, por volta das 19h23min, na estrada que liga Tenente Laurentino Cruz a São Vicente, Zona Rural de São Vicente/RN. Na oportunidade a autora seguia como carona do Sr. Damião Leandro de Sousa Silva, que conduzia uma Motocicleta HONDA CG 150/FAN, COR PRETA, ANO/MODELO 2012/2013, PLACA OGA 1800/PB, RENAVAL 00502764104, de propriedade do Sr. Vicente Justino dos Santos.

03. Consoante Boletim de Ocorrência, no local e hora acima mencionados a motocicleta apresentou problema no varão do freio traseiro, ficando desgovernada, ocasião em que o piloto perdeu o controle e a parte autora caiu daquela.

04. Saliente-se que em decorrência do acidente sofrido a autora apresenta as seguintes sequelas: **FERIMENTO AO NÍVEL DE FACE ANTERIOR DO JOELHO DIREITO COM REPERCUSSÃO NO COMPLEXO EXTERIOR DO MEMBRO INFERIOR DIREITO.** Assim sendo, conforme se afere do laudo anexo a presente peça vestibular, e de exames complementares a autora apresenta grave e incapacitante limitação funcional do membro inferior direito, fazendo jus à indenização que lhe é correspondente.

05. Portanto, o acidente provocou lesões definitivas à autora, as quais resultaram em sequelas permanentes e irreversíveis, conforme atesta o laudo anexado, necessitando de tratamentos médicos.

06. A requerente, então, deu entrada administrativamente para receber a indenização referente ao seguro DPVAT, tendo recebido a quantia de R\$ 843,75 (oitocentos e quarenta e três reais e setenta e cinco centavos), conforme se extrai da consulta anexa à presente. Desta forma, considerando-se que a Lei nº 6.194/74, com as alterações trazidas pela lei 11.482/2007, estabelece a quantia de R\$ 9.450,00 (nove mil, quatrocentos e cinquenta reais) para quem apresenta perda funcional completa de um dos membros inferiores, como é a situação da promovente, que encontra-se com limitação funcional do membro inferior direito, com atrofia e diminuição de força muscular, bloqueio no movimento de flexão do joelho direito e dor crônica residual em virtude do acidente sofrido, esta faz jus ao valor remanescente de **R\$ 8.606,25 (oito mil seiscentos e seis reais e vinte e cinco centavos).**

07. Diante do exposto, não há outra alternativa, senão recorrer a via judicial, a fim de que o autor possa obter o pagamento do montante que lhe é devido, referente ao valor do seguro DPVAT. Saliente-se que esta quantia deverá ser atualizada monetariamente a partir do ajuizamento da ação sem prejuízo dos juros legais devidos, resgatando, assim, seu direito líquido e certo, tendo em vista as sequelas permanentes decorrentes do acidente, as quais ocasionaram a invalidez permanente parcial completa do promovente.

### III – DO DIREITO

08. A ação de cobrança de seguro obrigatório – DPVAT - é matéria disciplinada por legislação especial, a saber o decreto lei 73/66 e a lei 6194/74, com as modificações introduzidas pela lei 8.441/92.

09. O artigo 7º da lei 6194/74, com a nova redação que lhe foi dada pela lei 81.441/92, determina que o *seguro será pago por qualquer das seguradoras conveniadas, independentemente de estar o seguro realizado ou não, vencido ou não.*

10. Desta forma, a questão da legitimidade passiva de qualquer das Seguradoras que integram o convênio DPVAT é pacífica, inclusive na Jurisprudência, como se vê da ementa do julgado do Colendo STJ, adiante transcrito:

*RECURSO ESPECIAL – AÇÃO DE COBRANÇA – SEGURO OBRIGATÓRIO – DPVAT – VEÍCULO CAUSADOR DO ACIDENTE IDENTIFICADO – 1. "Qualquer seguradora responde pelo pagamento da indenização em virtude do seguro obrigatório, pouco importando que o veículo esteja a descoberto, eis que a responsabilidade em tal caso decorre do próprio sistema legal de proteção, ainda que esteja o veículo identificado, tanto que a Lei comanda que a seguradora que comprovar o pagamento da indenização pode haver do responsável o que efetivamente pagou" (RESP nº 68.146/SP, 3ª Turma, da minha relatoria, DJ de 17/08/98). 2. Recurso Especial conhecido e provido. (STJ - RESP 325300 – ES – 3ª T. – Rel. p/o Ac. Min. Carlos Alberto Menezes Direito – DJU 01.07.2002).*

11. Atesta-se que há muito tempo as Seguradoras vêm pagando, quando da liquidação dos sinistros que envolvem o seguro obrigatório DPVAT, valor inferior ao fixado na lei que rege o tema, como ocorreu no caso em tela, sob a justificativa de que o fazem com base em resolução da SUSEP.

12. No Site da SUSEP ([WWW.susep.gov.br](http://www.susep.gov.br)), colhe-se a seguinte informação:

Quais são os atuais valores de indenização do DPVAT no caso de envolvimento em acidente de trânsito?

Os valores de indenização por cobertura são os constantes da tabela abaixo:

Morte	R\$ 13.500,00
Invalidez Permanente (1)	Até R\$13.500,00
Reembolso de Despesas Médicas e Hospitalares (DAMS) (2)	Até R\$ 2.700,00

(1) A quantia que se apurar, tomará por base o percentual da incapacidade de que for portadora a vítima, de acordo com a tabela constante das Normas de Acidentes Pessoais, tendo como indenização máxima a importância segurada prevista na norma vigente.

(2) Os valores de indenização de DAMS serão pagos até o limite definido em tabela de ampla aceitação no mercado, tendo como teto máximo o valor previsto na norma vigente, na data de liquidação do sinistro. Os valores de indenização de tal tabela deverão ter, como limite mínimo, os valores constantes da Tabela do Sistema Único de Saúde (SUS). O Seguro DPVAT assegura à vítima o reembolso de despesas médico-hospitalares, desde que devidamente comprovadas, efetuadas pela rede credenciada, junto ao Sistema Único de Saúde, quando em caráter privado, vedada a cessão de direitos, bem como veda o reembolso quando o atendimento for realizado pelo SUS, sob pena de descredenciamento do estabelecimento de saúde do SUS, sem prejuízo das demais penalidades previstas em lei.

#### OBSERVAÇÕES:

1. Qualquer indenização será paga com base no valor vigente na data da ocorrência do sinistro, em cheque nominal aos beneficiários, descontável no dia e praça da sucursal que fizer a liquidação, no prazo de trinta dias da entrega dos documentos.

O pagamento também poderá ser realizado através de depósito ou transferência eletrônica de dados (TED) para a conta corrente ou conta poupança do beneficiário, observada a legislação do Sistema de Pagamento Brasileiro.

2. O valor da indenização DPVAT não tem relação com o valor salário mínimo vigente no país. Os valores de indenização do seguro DPVAT são os fixados pela Lei 11.482/07.

13. Vê-se que a Superintendência (SUSEP) faz o papel de legisladora, orientando os cidadãos e as Seguradoras que o valor da indenização é aquele por ela instituído por força da Resolução 056.

14. Ao proceder desta forma, desobedecendo ao Princípio da Hierarquia das leis, as Seguradoras acabam por infringir a Lei, reduzindo o valor da indenização por força de resolução, ou seja, lesando os beneficiários do Seguro.

15. Com a alteração trazida pela Lei nº 11.482/2007, modificou-se a Lei nº 6.194/74, sendo determinadas as quantias a serem pagas para cada cobertura (morte, invalidez permanente e despesas de assistência médica e suplementares). Desta forma, estabeleceu-se que a cobertura para a Invalidez Permanente parcial completa, decorrente da perda anatômica funcional completa de um dos membros inferiores, como no caso em comento, deve ser na quantia de R\$ 9.450,00 (nove mil,

quatrocentos e cinquenta reais), tendo em vista que a autora apresenta limitação funcional do membro inferior direito. Deste modo, considerando-se a quantia recebida administrativamente pelo autor, este ainda faz jus ao valor remanescente **R\$ 8.606,25 (oito mil seiscentos e seis reais e vinte e cinco centavos).**

16. Saliente-se que a invalidez permanente, com a nova regulamentação, está dividida em invalidez permanente total ou parcial, sendo que a parcial pode ser completa ou incompleta. O dispositivo legal estabelece os valores (Lei nº 11.945/2009 (MP nº 451/2008) de cada indenização como sendo os seguintes:

**Invalidez permanente total:**

- Perda anatômica e/ou funcional completa de ambos os membros superiores ou inferiores: R\$ 13.500,00;
- Perda anatômica e/ou funcional completa de ambas as mãos ou de ambos os pés: R\$ 13.500,00;
- Perda anatômica e/ou funcional completa de um membro superior e de um membro inferior: R\$ 13.500,00;
- Perda completa da visão em ambos os olhos (cegueira bilateral) ou cegueira legal bilateral: R\$ 13.500,00;
- Lesões neurológicas que cursem com: (a) dano cognitivo-comportamental alienante; (b) impedimento do senso de orientação espacial e/ou do livre deslocamento corporal; (c) perda completa do controle esfinteriano; (d) comprometimento de função vital ou anatonômica: R\$ 13.500,00; e
- Lesões de órgãos e estruturas crânio-faciais, cervicais, torácicos, abdominais, pélvicos ou retro-peritoneais cursando com prejuízos funcionais não compensáveis, de ordem autonômica, respiratória, cardiovascular, digestiva, excretora ou de qualquer outra espécie, desde que haja comprometimento de função vital: R\$ 13.500,00.

**Invalidez permanente parcial completa:**

- Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos membros superiores e/ou de uma das mãos: R\$ 9.450,00;
- **Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos membros inferiores: R\$ 9.450,00;**
- Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos pés: R\$ 6.750,00;

- Perda auditiva total bilateral (surdez completa) ou da fonação (mudez completa) ou da visão de um olho: R\$ 6.750,00;

- Perda completa da mobilidade de um dos ombros, cotovelos, punhos ou dedo polegar: R\$ 3.375,00;

- Perda completa da mobilidade de um quadril, joelho ou tornozelo: R\$ 3.375,00;

- Perda completa da mobilidade de um segmento da coluna vertebral exceto o sacral: R\$ 3.375,00;

- Perda anatômica e/ou funcional completa de qualquer um dentre os outros dedos da mão: R\$ 1.350,00;

- Perda anatômica e/ou funcional completa de qualquer um dos dedos do pé: R\$ 1.350,00; e

- Perda integral (retirada cirúrgica) do baço: R\$ 1.350,00.

Invalidez permanente parcial incompleta:

Para os casos de invalidez parcial incompleta se aplicarão os percentuais abaixo aos valores previstos para cada uma das hipóteses de invalidez parcial completa:

- 75% (setenta e cinco por cento) para as perdas de repercussão intensa;

- 50% (cinquenta por cento) para as de média repercussão;

- 25% (vinte e cinco por cento) para as de leve repercussão; e

- 10% (dez por cento), nos casos de seqüelas residuais.

17. Aliás, muito cômodo manter-se o valor abaixo daquele previsto em lei, pois a volumosa diferença entre o arrecadado com a cobrança do seguro e as indenizações pagas somadas às reservas legais é rateado entre as Seguradoras.

18. Enfrentando a matéria, o STJ firma entendimento de que o valor a ser pago é aquele previsto na lei, dando guarida à tese da autora:



EMENTA- Civil. Seguro obrigatório (dpvat). Valor quantificado em salários mínimos. Indenização legal. Critério. Validade. Lei n. 6.194/74. Recibo. Quitação. Saldo remanescente. RELATOR Ministro Aldir Passarinho Júnior - 20 de agosto de 2002 Do voto condutor deste acórdão, colhe-se: EXMO. SR. MINISTRO ALDIR PASSARINHO JUNIOR (RELATOR): - Trata-se de recurso especial, aviado pelas letras "a" e "c" do permissivo constitucional, em que se discute sobre o valor da cobertura correspondente ao seguro obrigatório DPVAT, em razão de atropelamento fatal que vitimou esposa do autor. Não procedem os óbices opostos pela recorrida, eis que a matéria se acha devidamente prequestionada e caracterizado o dissídio jurisprudencial.

*A Colenda 2ª Seção do STJ, no julgamento do Resp n. 146.186RJ, a ela afetado pela Egrégia 3ª Turma, decidiu, por maioria de votos, que a fixação da cobertura do DPVAT em salários mínimos não infringe a legislação citada, porquanto cuida-se de mero critério indenizatório, de cunho legal e específico dessa natureza de cobertura, sem característica de indexação inflacionária (Rel. p acórdão Min. Aldir Passarinho Junior, por maioria, Julg. Em 12.12.2001). Destarte, devido o pagamento da diferença postulada na exordial.*

*De outra parte, a jurisprudência também do STJ inclinou-se em considerar como não representativo de quitação total o recibo dado em caráter geral, para afastar um direito que é assegurado por força de lei ao credor, caso do DPVAT, consoante a regra do art. 3º, letra "a", da Lei n. 6.194/74. Nesse sentido: "SEGURO OBRIGATÓRIO DE DANOS PESSOAIS - INDENIZAÇÃO POR MORTE - FIXAÇÃO EM SALÁRIOS-MÍNIMOS - LEI 6.194, ART. 3. - RECIBO DE QUITAÇÃO - RECEBIMENTO DE VALOR INFERIOR AO LEGALMENTE ESTIPULADO - DIREITO A COMPLEMENTAÇÃO.*

*I - Pacífica a jurisprudência desta Corte no sentido de que o art. 3º, da Lei 6.194/74, não fora revogado pelas Leis 6.205/1975 e 6.423/1977, porquanto, ao adotar o salário-mínimo como padrão para fixar a indenização devida, não o tem como fator de correção monetária, que estas leis buscam afastar.*

*II - Igualmente consolidado o entendimento de que o recibo de quitação passado de forma geral, mas relativo a obtenção de parte do direito legalmente assegurado, não traduz renúncia a este direito e, muito menos, extinção da obrigação. Precedente do STJ.*

*III - Recurso especial conhecido pela divergência e provido."*

(3ª Turma, REsp n. 129.182SP, Rel. Min. Waldemar Zveiter, por maioria, DJU de 30.03.1998)

*"SEGURO. AUTOMÓVEL. PERDA TOTAL DO BEM. RECIBO DE QUITAÇÃO. INDENIZAÇÃO. VALOR AJUSTADO NO CONTRATO.*

*- 'Consolidado o entendimento de que o recibo de quitação passado de forma geral, mas relativo a obtenção de parte do direito legalmente assegurado, não traduz renúncia a este direito e, muito menos, extinção da obrigação'. Precedente do STJ.*

*- Tratando-se de perda total do veículo, é devida na integralidade a quantia ajustada na apólice (art. 1.462 do Código Civil), independentemente de seu valor médio vigente no mercado. Precedente da Segunda Seção.*

*Recurso especial não conhecido."*

(4ª Turma, REsp n. 195.492RJ, Rel. Min. Barros Monteiro, unânime, DJU de 21.08.2000)

*"DIREITO CIVIL. SEGURO EM GRUPO. PRESCRIÇÃO ANUAL. TERMO A QUO DO PRAZO. RECIBO DE QUITAÇÃO. IRRELEVÂNCIA. PRECEDENTES. RECURSO PROVIDO.*

*I - O recibo firmado pelo segurado dando plena e geral quitação à seguradora não tem o condão de inviabilizar a pretensão à diferença devida.*

*II - No prazo prescricional da ação que envolve contrato de seguro, segundo entendimento do Tribunal, o termo a quo não é a data do acidente, mas aquela em que o segurado teve ciência inequívoca da sua invalidez e da extensão da incapacidade de que restou acometido."*

(4ª Turma, REsp n. 257.596SP, Rel. Min. Sálvio de Figueiredo Teixeira, unânime, DJU de 16.10.2000)

*Ante o exposto, conheço do recurso especial e dou-lhe provimento, para restabelecer a sentença de 1º grau, prolatada pelo MM. Juiz Francisco Geaquinto (fls. 4244). É como voto."*

19.

O mesmo entendimento é encontrado nos Tribunais Estaduais:

*CIVIL – INDENIZAÇÃO – SEGURO OBRIGATÓRIO DE VEÍCULO – DPVAT – DATA DO SINISTRO ANTERIOR À LEI Nº 8.441/92 – VEÍCULO IDENTIFICADO – DESNECESSIDADE DO DUT E DA PROVA DO RECOLHIMENTO DO PRÊMIO – PREVALECE A LEI DE REGÊNCIA PARA O VALOR INDENIZATÓRIO – 1. A postulação da indenização securitária do seguro obrigatório – Dpvt, deve guardar e obedecer as exigências de comprovação do fato e do direito à sua percepção, contidas*

*nas normas legais pertinentes e da época do sinistro. Se ocorrido antes da vigência da Lei nº 8.441, de 13 de julho de 1992, as alterações introduzidas por esta na Lei nº 6.194, de 19 de dezembro de 1974, não lhe alcançam. 1.1. De qualquer forma, mesmo que o veículo envolvido no acidente tivesse sido identificado, nem uma e nem outra daquelas Leis exigiam ou exigem a apresentação da prova do recolhimento do valor do prêmio do seguro obrigatório – Dpvat ou a apresentação dos respectivos dut's, por parte da vítima ou seu beneficiário, como condição para o pagamento da indenização. 2. Se as resoluções do cnsf nºs. 56/2001 e 35/2000 estabelecem, como valor indenizatório – R\$ 6.754,01 – Que conflita com o fixado na letra 'a' do art. 3º da Lei nº 6.194, de 19 de dezembro de 1974, ou seja – "40 (quarenta) vezes o valor do maior salário-mínimo vigente no país – No caso de morte", o princípio da hierarquia das normas legais manda prevalecer o que nesta última se contém. 3. Recursos conhecidos, provendo-se em parte recurso do autor e improvendo o recurso da ré, ficando parcialmente reformada a r. Sentença recorrida. (TJDF – ACJ 20010111045278 – DF – 2ª T.R.J.E. – Rel. Des. Benito Augusto Tiezzi – DJU 27.05.2002 – p. 51)*

*AÇÃO DE COBRANÇA – SEGURO OBRIGATÓRIO –DPVAT – PROVA – VALOR DA INDENIZAÇÃO – SALÁRIO MÍNIMO – O recibo de "quitação geral, plena e irrevogável" em que conste especificamente a importância objeto do pagamento, exonera o devedor somente das quantias expressamente mencionadas no instrumento, ressaltando-se ao credor o direito de buscar perante o aparato jurisdicional verbas a que tenha direito e que, de fato, não recebeu. O valor da indenização relativa ao seguro DPVAT, em caso de morte, é devido no patamar de 40 (quarenta) salários mínimos, em conformidade com o artigo 3º da Lei 6.194/74. A Lei nº 6.205/75 não revogou o critério de fixação de indenização em salários mínimos estabelecido pela Lei 6.194/74, pois não se constitui o salário mínimo em fator de correção monetária, servindo apenas como base do quantum a ser indenizado. (TAMG – AP 0339728-4 – Uberlândia – 1ª C.Cív. – Rel. Juiz Silas Vieira – J. 28.06.2001).*

20. O Colegiado Recursal dos Juizados Especiais de Mato Grosso tem posição definida acerca da matéria:

*2ª Turma Recursal - Recurso nº: 283/02 – CAPITAL (Juizado Especial Cível do Bairro Porto) - Recorrente: Bradesco Seguros S.A. - Recorridos: Francolino Xavier de Oliveira e Ana Alves de Oliveira – Relator: Exmo. Sr. Dr. Carlos Alberto Alves da Rocha.*

*SEGURO OBRIGATÓRIO – INDENIZAÇÃO –DOCUMENTOS NECESSÁRIOS – VALOR – FIXAÇÃO - RESOLUÇÃO – CONDENAÇÃO - RECURSO IMPROVIDO. -Para o recebimento do denominado seguro obrigatório basta a juntada dos documentos descritos na letra “a”, do art. 3º, da Lei nº 6.194/74.*

*A condenação obediente a lei que estipula o valor indenizável equivalente a determinada quantidade de salário mínimo não é inconstitucional, mormente se fixada em valor certo.*

*O valor do seguro fixado por lei não pode ser alterado por resolução do Conselho Nacional de Seguros Privados. ACORDAM, em Segunda Turma Recursal dos Juizados Especiais do Estado de Mato Grosso, por unanimidade negar provimento ao recurso.*

21. Após análise da legislação e jurisprudência expostas, torna-se evidente que se faz necessário o pagamento de uma indenização adequada a requerente, em função da debilidade permanente causada pelo acidente sofrido.

#### **IV - DO PEDIDO**

22. Por todo o exposto, pelo que faz jus a autora, requer a Vossa Excelência se digne em:

a) **QUE CONCEDA A JUSTIÇA GRATUITA**, com base no que dispõe a Lei nº 1.060/50 com alterações da Lei 7.510/86, além do art. 5º da Constituição Federal e artigo 98, § 1º do Novo Código de Processo Civil, por não ter condições de arcar com custas e demais despesas processuais sem detrimento das necessidades básicas do lar;

b) Ordenar a CITAÇÃO da REQUERIDA no endereço eletrônico inicialmente indicado, em consonância com o art. 246, inciso V do NCPC, quanto à presente ação, bem como por via postal (SEDEX) – visando maior economia e celeridade processual, para que, perante esse Juízo, apresente a defesa que tiver, dentro do prazo legal, sob pena de confissão quanto à matéria de fato ou

pena de revelia, **com designação de data para Audiência de Conciliação** (art. 319, VII, do Novo Código de Processo Civil); devendo ao final, ser julgada PROCEDENTE a presente Ação, sendo a mesma condenada nos seguintes termos:

c) Julgar **PROCEDENTE** a presente ação, condenando a requerida a pagar o Seguro Obrigatório DPVAT, no importe de **R\$ 8.606,25 (oito mil seiscentos e seis reais e vinte e cinco centavos)**, acrescido dos juros legais à taxa de 1% ao mês, tudo corrigido monetariamente, tendo em vista que o autor apresenta limitação funcional do membro inferior direito, conforme se extrai do laudo anexado a presente (Lei nº 6.194/1974, com nova redação dada pela Lei nº 11.482/2007);

d) A condenação final em todos os termos pedidos, tudo acrescido de correção monetária, juros, custas e despesas processuais, além dos honorários advocatícios, e demais cominações previstas em lei, como assevera e legislação consolidada.

A Requerente provará o alegado por meio de todas as provas em direito admitidas.

Dá-se à causa o valor de R\$ 8.606,25 (oito mil seiscentos e seis reais e vinte e cinco centavos).

Nestes Termos,

Pede deferimento.

Currais Novos/RN, 24 de abril de 2019.

**FLÁVIA MAIA FERNANDES**

**ADVOGADA – OAB/RN 8403**



Governo do Estado do Rio Grande do Norte  
Secretaria de Estado da Segurança Pública e da Defesa Social  
Polícia Civil  
Delegacia Eletrônica



BOLETIM DE OCORRÊNCIA

Unidade Policial: DELEGACIA MUNICIPAL DE FLORÂNIA

Endereço: RUA PEDRO ARAUJO FILHO, 20, CENTRO, FLORÂNIA

1. IDENTIFICAÇÃO DO BOLETIM

1.1 Protocolo: J2019181000016

1.3 Tipo: ACIDENTE DE TRÂNSITO COM DANO

1.2 Data de Expedição: 15/01/2019 10:24:48

1.4 Ligou CIOSP: Não

2. DADOS DO LOCAL DO FATO

2.1 Data/Hora do Fato: 17/11/2018 19:23:00

2.3 Fato: Consumado

2.5 Meio(s) empregado(s): Outros

2.6 Tipo do local: Rural

2.8 Número: S/N

2.10 Complemento:

2.12 Bairro: ZONA RURAL - SÍTIOS E FAZENDAS

2.14 Estado: RIO GRANDE DO NORTE

2.2 Autoria: Conhecida

2.4 Flagrante: Não

2.7 Logradouro: ESTRADA QUE LIGA TENENTE LAURENTINO CRUZ A SÃO VICENTE

2.9 CEP:

2.11 Ponto de Referência:

2.13 Cidade: SÃO VICENTE

3. DADOS PESSOAIS DO COMUNICANTE (PESSOA FÍSICA)

3.1 Nome Completo: DAMIÃO LEANDRO DE SOUSA SILVA

3.3 Nome Social:

3.5 Etnia: Branca

3.7 Sexo: MASCULINO

3.9 CPF:

3.11 Nacionalidade:

3.13 Profissão: AGRICULTOR

3.15 Telefone(s):

3.17 Número: S/N

3.19 Bairro: RURAL

3.21 Estado: RIO GRANDE DO NORTE

3.23 Cidade: TENENTE LAURENTINO CRUZ

3.2 Estado civil: União Estável

3.4 Pai: SEVERINO FERINO DA SILVA

3.6 Mãe: ELIENE DE SOUSA

3.8 Orientação Sexual:

3.10 Identidade de Gênero:

3.12 Data de Nascimento: 27/05/1992

3.14 RG: 2696400

3.16 Passaporte:

3.18 Naturalidade: CURRAIS NOVOS

3.20 E-Mail:

3.22 Logradouro: SÍTIO UMBUZEIRO

3.24 CEP:

4. DADOS PESSOAIS DA(S) VÍTIMA(S)

4.1.1 O DECLARANTE É A PRÓPRIA VÍTIMA

4.2.1 Nome Completo: SILVANEIDE MARIA DA SILVA MEDEIROS

4.2.3 Nome Social:

4.2.5 Mãe: MARIA DULCE DA SILVA

4.2.7 Orientação Sexual:

4.2.9 Sexo: FEMININO

4.2.11 CPF: 02876900408

4.2.13 Nacionalidade:

4.2.15 Logradouro: SÍTIO UMBUZEIRO

4.2.17 Número: S/N

4.2.19 Bairro: RURAL

4.2.21 Estado: RIO GRANDE DO NORTE

4.2.2 Estado civil:

4.2.4 Pai: SEVERINO LUIZ DE MEDEIROS

4.2.6 Identidade de Gênero:

4.2.8 Etnia:

4.2.10 Data de Nascimento: 03/03/1975

4.2.12 RG: 001733489

4.2.14 Profissão: COSTUREIRO(A)

4.2.16 Passaporte:

4.2.18 E-Mail:

4.2.20 CEP:

4.2.21 Cidade: TENENTE LAURENTINO CRUZ

5. DADOS PESSOAIS DO(S) ACUSADO(S) (NÃO FORAM INCLuíDOS ACUSADOS)

6. DADOS PESSOAIS DA(S) TESTEMUNHA(S) (NÃO FORAM INCLuíDOS TESTEMUNHAS)

7. VEÍCULO(S) ENVOLVIDO(S) (NÃO FORAM INCLuíDOS VEÍCULOS)

8. DADOS DA OCORRÊNCIA

9. DOS FATOS

9.1 Histórico

QUE CONDUZIA A MOTOCICLETA ENVOLVIDA NO ACIDENTE, SENDO ESTA UMA HONDA CG 150/FAN, PLACA OGA 1800/PB, RENAVAL 00502764104 DE PROPRIEDADE DE VICENTE JUSTINO DOS SANTOS, QUE O FATO OCORREU NO DIA 17/11/2018, POR VOLTA DAS 19H23, QUANDO ESTA DECLARANTE SE DESLOCAVA NA ZONA URBANA DE TENENTE LAURENTINO CRUZ/RN COM DESTINO A CIDADE DE SÃO VICENTE/RN; QUE A MOTOCICLETA ARREBENTOU O VARÃO DO FREIO TRASEIRO, DE MODO QUE A MOTOCICLETA FICOU DESGOVERNADA E ESTE DECLARANTE EM UMA CURVA, NÃO CONSEGUIU CONTROLAR A MOTOCICLETA E VEIO A SOBRAR, CAINDO E PERMANECENDO NO LOCAL, ONDE SEU CORPO FICOU COM VÁRIAS ESCORIAÇÕES; QUE FOI SOCORRIDO PELA AMBULÂNCIA DE SÃO VICENTE, ONDE FOI CONDUZIDO AO HOSPITAL MUNICIPAL DAQUELA CIDADE; QUE EM SEGUIDA FOI RECAMBIADO PARA O HOSPITAL DE CURRAIS NOVOS, SENDO POSTERIORMENTE, LEVANDO PARA O HOSPITAL MONSENHOR WILFREDO GURGEL, NA CIDADE DE NATAL; QUE ESTE DECLARANTE NÃO POSSUI CNH; QUE, POR FIM, RELATA QUE SEGUIA COMO CARONA NA MOTOCICLETA NO MOMENTO DO ACIDENTE, A SENHORA SILVANEIDE MARIA DA SILVA MEDEIROS, (SEGUNDA VÍTIMA ACIMA MENCIONADA); QUE A SENHORA SILVANEIDE MARIA DA SILVA MEDEIROS, TAMBÉM FICOU COM FERIMENTOS EM SEU CORPO, DEVIDO A QUEDA; QUE ELA TAMBÉM FOI SOCORRIDA PARA O HOSPITAL, TUDO CONFORME O BOLETIM MÉDICO DE URGÊNCIA Nº 60127/2018 FORNECIDO PELO HOSPITAL MONSENHOR WILFREDO GURGEL DA CIDADE DE NATAL/RN. NADA MAIS DISSE.


9.2 Informações do CIOSP

10. COMPLEMENTOS (ESSE BOLETIM NÃO FOI COMPLEMENTADO)

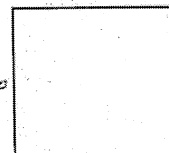
11. DECLARAÇÃO

O(s) declarante(s), sob as penas da Lei, confirmam que as informações aqui registradas são verdadeiras.

Data: 15/01/2019 10:24:48

  
Policial

  
Interessado



Polegar direito

Atendimento: 1675168 - FRANCISCO DE ASSIS TOSCANO

Impresso por: 1675168 - FRANCISCO DE ASSIS TOSCANO em 15/01/2019 10:25:07

Protocolo: J2019181000016 - Código de autenticação: 7da5d4e6824f50e27a37e57441373

Página 1 2



## **SINISTRO 3190142514 - Resultado de consulta por beneficiário**

**VÍTIMA** SILVANEIDE MARIA DA SILVA MEDEIROS

**COBERTURA** Invalidez

**PONTO DE ATENDIMENTO RECEPTOR DO PEDIDO DE INDENIZAÇÃO** TERRA DO SOL ADMINISTRADORA E CORRETORA DE SEGUROS LTDA - ME

**BENEFICIÁRIO** SILVANEIDE MARIA DA SILVA MEDEIROS

**CPF/CNPJ:** 02876900408

**Posição em 12-04-2019 15:47:29**

O pedido de indenização está em análise na Seguradora Líder-DPVAT. O prazo regulamentar para conclusão do processo é de até 30 dias, caso a documentação esteja completa e não haja necessidade de informações adicionais. Por favor, aguarde e continue acompanhando seu processo neste site.

<b>Data do Pagamento</b>	<b>Valor da Indenização</b>	<b>Juros e Correção</b>	<b>Valor Total</b>
12/04/2019	R\$ 843,75	R\$ 0,00	R\$ 843,75



**REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL**  
**MINISTÉRIO DAS CIDADES**

DETRAN - RN 11621 - RPPR Nº 014243722460  
CERTIFICADO DE REGISTRO E LICENCIAMENTO DE VEÍCULO

VIA 1 00502764104 R.N.T.R.C. \*\*\*\*\* EXERCÍCIO 2018

VINENTE JUSTINO DOS SANTOS

CPF/CNPJ 785.295.574-68 PLACA OGA1800

OGA1800/2018 CHASSI 9CZKC1670DR442711

PASSAGEIRO/MOTO/CICLISTA/OUTRO APLICÁVEL ALICUOTA - GABOL

MARCA/MODELO HONDA/CG 150 FAN 151 ANO FAB. 2012 ANO MOD. 2013

CAP/POT/CIL. CATEGORIA OCUP. PREDOMINANTE

OCV/149 CILINDROS PARTICULAR LRTTA

COTA ÚNICA VENC. COTA ÚNICA VENC. COTAS

R\$ 0.00 26/12/2018

PAGAR PAGO

A 002855 2X R\$ \*\*\*\*\* 3º PAGO

PRÊMIO TARIFÁRIO (R\$) IOF (R\$) PRÊMIO TOTAL (R\$) DATA DE PAGAMENTO

\*\*\* TAXAS DETRAN: PAGO \*\*\* DPVAT: PAGO

MOTOR: KC16E7D442711

SAC VICENTE/RN 26/12/2018

SEGURO OBRIGATORIO DE DANOS PESSOAIS CAUSADOS POR VEICULOS AUTOMOTORES DE VIA TERRESTRE, OU POR SUA CARGA, A PESSOAS TRANSPORTADAS OU NAO - SEGURO DPVAT

RN Nº 014243722460 - BILHETE DE SEGURO DPVAT

ESTE É O SEU BILHETE DO SEGURO DPVAT  
PARA MAIS INFORMAÇÕES, LEIA NO VERSO  
AS CONDIÇÕES GERAIS DE COBERTURA  
[www.seguradoralider.com.br](http://www.seguradoralider.com.br)  
SAC DPVAT 0800.022.1204

EXERCÍCIO 2018 DATA EMISSÃO 26/12/2018

RENAVAM 00502764104 PLACA OGA1800

MARCA/MODELO HONDA/CG 150 FAN 151

CHASSI 9CZKC1670DR442711

PRÊMIO TARIFÁRIO

PNS (R\$) DENATRAN (R\$) CUSTO DO SEGURO (R\$)

CUSTO DO BILHETE (R\$) IOF (R\$) TOTAL SERVIDOR SEGURO (R\$)

PAGAMENTO PARCELADO DATA DE PAGAMENTO

**SEGURADORA LIDER - DPVAT**

CNPJ 06.540.008/0001-04



**AUTENTICACAO**

Certifico e dou fé que a presente fotocópia é a reprodução fiel do original que me foi apresentado.

São Vicente/RN 14/01/2019

Jordão Alves da Silva Oliveira  
Escritor Autorizado

VALIDO SOMENTE COMO SELO DE AUTENTICIDADE E FISCALIZACAO



BOLETIM DE ATENDIMENTO DE URGÊNCIA/EMERGÊNCIA Nº 2981

Identificação	Responsável pelo preenchimento: <u>Eletro</u>	Data: <u>17/11/2018</u>	Hora: <u>19:23</u>
	Nome: <u>Silvaneide Maria da Silva Medeiros</u>	Idade: <u>43</u>	Sexo: <input type="checkbox"/> M <input checked="" type="checkbox"/> F
	Nº Cartão SUS: <u>700 0086 36550208</u>	CPF/RG: <u>028.769.041-08</u>	Data Nasc. <u>03/03/75</u>
	Endereço: <u>Sítio Umbuzeira</u>	Cidade: <u>Tenente Lemos</u>	FONE: <u>94027321</u>
	Bairro: <u>Zona Rural</u>	Ocupação: <u>Auxiliar de moto</u>	
Forma de chegada: <input type="checkbox"/> Meio próprio <input type="checkbox"/> SAMU <input type="checkbox"/> Outras ambulâncias			

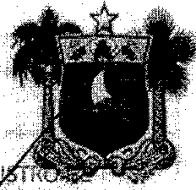
Classificação de Risco	Sinais vitais	PA: <u>x</u>	FC: <u></u>	FR: <u></u>	T: <u></u>	HGT: <u></u>	SatO <sub>2</sub> : <u></u>
	Dor:	<input type="checkbox"/> Aguda <input type="checkbox"/> Crônica <input type="checkbox"/> Recorrente	Tipo de dor: <input type="checkbox"/> Leve <input type="checkbox"/> Moderada <input type="checkbox"/> Forte <input type="checkbox"/> Severa				
	Estado Geral:	<input type="checkbox"/> Aparentemente BEM <input type="checkbox"/> REGULAR <input type="checkbox"/> GRAVE <input type="checkbox"/> Inconsciente <input type="checkbox"/> Consciente <input type="checkbox"/> Orientado <input type="checkbox"/> Confuso <input type="checkbox"/> Convulsão <input type="checkbox"/> Hemorragias <input type="checkbox"/> Politraumatizado					
	Queixa principal:						
	Comorbidades:						
	Medicamentos em uso:						
	Alergia medicamentos:						
	Classificação:	<input type="checkbox"/> Azul <input type="checkbox"/> Verde <input type="checkbox"/> Amarelo <input type="checkbox"/> Vermelho <input type="checkbox"/> Não classificado	Glasgow:				
	Enfermeiro(a):	Coren:				Hora:	

Avaliação Médica	História da doença atual/Exame clínico	
	<u>Vítima queda moto (sic) e trauma joelho 1º</u>	
	<b>ACIDENTE</b>	
	<u>CARRO / MOTO / OUTROS</u>	
	Diagnóstico <u>fratura? luxação?</u>	
	Condução/prescrição	
	<u>Enc. p/ HWC/mata/maia (20:35 hrs)</u>	
	<u>Contato c/ Dr. Pedro Paulo.</u>	
	Assinatura e carimbo médico	
	Hora	

Destino do paciente	Alta Hospitalar:	<input type="checkbox"/> Decisão médica	<input type="checkbox"/> Cura	<input type="checkbox"/> À pedido	<input type="checkbox"/> À revelia	<input type="checkbox"/> Óbito
	Internamento	<input type="checkbox"/> Clínica médica	<input type="checkbox"/> Clínica cirúrgica	<input type="checkbox"/> Pediatria	<input type="checkbox"/> UTI geral	<input type="checkbox"/> UCI NEO
	Transferência	Destino:				
	Assinatura e carimbo médico					
Data						
Hora						



SESAP/RN - HOSPITAL MONSENHOR WALFREDO GURGEL  
PRONTO SOCORRO CLOVIS SARINHO



BOLETIM DE ATENDIMENTO Nº 60127 /2018

Admissão: 17/11/2018 23:27:42

BOLETIM COM REGISTRO

CIRURGIA GERAL - AMARELO

SAÍDA  
EM: 17/11/18

Paciente: 102002 - SILVANEIDE MARIA DA SILVA MEDEIROS (43 a 8 m 14 d)  
Nascimento: 03/03/1975 Natural: SÃO VICENTE BRASIL Sexo: F Cor: PARDA  
CNS: 700008636550208 CPF: 02876900408 Prof:  
Mãe: MARIA DULCE DA SILVA Pai:  
Logradouro: IMBUZEIRO, 1 Cidade: TENENTE LAURENTINO  
CEP: 59338000 Bairro: AREA RURAL CRUZ  
Telefone: 84 32327500 Compl:

Motivo: MOTO - QUEDA  
Origem: AMBUL. INTERIOR

Tipo: NÃO REFERENCIADO  
\*Empresa:

Fluxograma:					Discriminador:				
OBS: REG. DR PEDRO PAULO					Classificação: 17/11/2018 23:24:27				
HORA	P.A.	HGT	SatO2	FiO2	F.R.	F.C.	TEMP.	Glasgow	RTS

HISTÓRIA - CAUSA EFICIENTE DA LESÃO ALEGADA

Queixas: TRAUMA EM JOELHO D POS QUEDA DE MOTO

Hora: 22:30

Placard com acidente no João Diniz, apresentando ferimento  
lado-externo, sem ferida, há 5 horas o mesmo ficou com a noção  
de co-lesão, porém há mais 10 dias.

EXAME FÍSICO (PRIMÁRIO)

- A VAS Arterial (normal)
- B V. Arterial (normal)
- C Pulso (normal)
- D Pulso (normal)
- E Pulso (normal)

CONFERE COM ORIGINAL  
NATALIN, 08/10/18  
PROTOCOLA IV

WASHINGTON LUIS G. GOMES  
ASSIST. TEO. EM SAÚDE  
MAT: 161.326-0

OUTRAS OBSERVAÇÕES:

normal

Núcleo Hospitalar de Epidemiologia

19/11/18

\*Saída: -

DIAGNOSTICO INICIAL - CID

Dr. Tássio Rodrigo  
Médico  
CRM 4923

\*Gerado via SX por MIRLYS SAMARA RODRIGUES SANTOS. Impresso em 17 de Novembro de 2018.



4 - AVALIE RESPIRAÇÃO (VER, OUVIR, SENTIR). 5 - SE APNEIA, APLIQUE 3 VENTILAÇÕES DE RESGATE (DISPOSITIVO BOCA-VAZUA, MÁSCARA). 6 - AVALIE PULSO CAROTÍDEO, OU FEMURAL (BRANQUIAL EM LACTENTE). 7 - SE PULSO AUSENTE, INICIE COMPRESSIONES TORÁCICAS. 8 - AVALIE O RÍTIMO DO DEIXE. 9 - RÍTIMO CROCAVEL: APLIQUE 1 CHOQUE 360 J (200 J P/DEA BIFÁSICO). E REINICIE RCP. 10 - RÍTIMO NÃO CROCAVEL: REINICIE RCP. 11 - AVALIE O RÍTIMO A CADA 3 CICLOS. 12 - FARE RCP QUANDO A EQUIPE DE SUPORTE AVANÇADA ASSUMIR. OU CASO A VÍTIMA SE MOVIMENTAR. 13 - COLÓQUE-A EM POSIÇÃO DE RECUPERAÇÃO.

CASO O ESPAÇO DESTINADO PARA EXAMES SEJA INSUFICIENTE, UTILIZE IMPRESSOS PRODUTO DO HOSPITAL, REDUZINDO OS EXAMES. FOLHA DE PRESCRIÇÃO E ANEXO DO LENÇOL.

ATENDIMENTO ESPECIALIZADO 1:	
ANAMNESE	
EXAME FÍSICO	
IMPRESSÃO DIAGNÓSTICA	
EXAMES COMPLEMENTARES: (RADIOLOGIA E IMAGEM)****	LABORATÓRIO DE ANÁLISES CLÍNICAS
	OUTROS
CONDUTA PRIMÁRIA: (MEDICAÇÕES E PROCEDIMENTOS)	ANOTAÇÕES DE ENFERMAGEM
<p style="text-align: center;">CONFERE COM ORIGINAL</p> <p style="text-align: center;">NATURALM. 01/01/19</p> <p style="text-align: center;">PROTECTOR</p> <p style="text-align: center;">WASHINGTON</p> <p style="text-align: center;">ASSIST. TFC. C. GOMES</p> <p style="text-align: center;">MAT. 101.000.000</p>	
Assinatura e Carimbo do Responsável	Assinatura e Carimbo do Responsável

ORIENTAÇÃO TEÓRICA

ELEMENTOS DA ESCALA DE COMA GLASSGOW	
Abertura Ocular (AO)	4
Cilios se abrem espontaneamente.	4
Oftos se abrem ao comando verbal. (Não confundir com o despertar de uma pessoa adormecida, se assim for marque 4, se não 3.)	3
Oftos se abrem por estímulo doloroso	2
Oftos não se abrem.	1
Melhor resposta verbal (MRV)	5
Oftos (ao) Responde coerentemente e apropriadamente às perguntas sobre seu nome, idade, endereço, data, o porquê, e onde está.	5
Confuso (Responde às perguntas coerentemente, mas há alguma desorientação e confusão)	4
Palavras incoerentes (Fala solta, mas com breves coerências)	3
Sons ininteligíveis (Gemeos sem articular palavras)	2
Resposta	1
Melhor resposta motora (MRM)	6
Obedece a ordens verbais. ( Faz movimentos simples quando lhe é ordenado.)	6
Localiza estímulo doloroso.	5
Resposta (intencional) a dor.	4
Reflexo flexo a dor (Desorientação)	3
Reflexo extensor a dor (Desorientação)	2
Sem resposta motora.	1
Total	

"ESCALA DE TRIAGEM DO TRAUMA REVISADA - RTS	
DISCRIMINADOR	PONTUAÇÃO
ESCALA DE COMA DE GLASSGOW	13-15 = 4
	9-12 = 3
	6-8 = 2
	4-5 = 1
FREQUÊNCIA RESPIRATORIA	10-20 = 4
	21-30 = 3
	6-9 = 2
	1-5 = 1
PRESSÃO ARTERIAL SISTÓLICA	90 = 4
	70-89 = 3
	50-69 = 2
	40 = 1

**CLASSIFICAÇÃO DO TCE (ATLS 2009)**

03 - 04 - Grave (necessidade de intervenção imediata)  
05 - 06 - Moderado  
07 - 08 - Leve

Referência: TEASDALE D, JENNET B. Assessment of coma and impaired consciousness: A practical scale. *Lancet*. 1974;2:91-94.

Para escala pediátrica aplicar-se a seguinte modificação: Colocar-se com idade superior a 2 anos. Na Escala de Glasgow, substitua-se os pontos que classificam a consciência de um dos de acordo com as seguintes definições:

SEM DOR	LEVE	Moderada	Intensa	Pior
0	1	2	3	4

\*Escala de Trauma Revisada (RTS) é um índice de sobrevivência para pacientes de trauma fechado. Referência: Adaptado de Champion H.R. *Scoring M.T. Copier, et al: A revision of the Trauma score*. J. Trauma 1985; 25A: 184.





**ATENDIMENTO ESPECIALIZADO 2:**

ANAMNESE

EXAME FÍSICO

IMPRESSÃO DIAGNÓSTICA

EXAMES COMPLEMENTARES: (RADIOLOGIA E IMAGEM)\*\*\*\*

LABORATÓRIO

OUTROS

CONDUÇÃO PRIMÁRIA: (MEDICAÇÕES E PROCEDIMENTOS)

ANOTAÇÕES DE ENFERMAGEM

Assinatura e Carimbo do Responsável

CONFERE COM ORIGINAL

Assinatura e Carimbo do Responsável

DESTINO DO PACIENTE: N° do Boletim de Atendimento:

INTERNAMENTO NA CLÍNICA: DATA: / / HORA:

SAÍDA: DATA: / / HORA:

Decisão Médica ☐ À Revelia ☐ Transferido para:

ÓBITO: DATA: / / HORA: I.T.E.P. ☐

Entregue à família com Atestado ☐ S.V.O. ☐

Médico (Carimbo)

Destacar nessa linha e entregar ao paciente após a sua liberação.

**DESTINO DO PACIENTE:** N° do Boletim de Atendimento:

INTERNAMENTO NA CLÍNICA: DATA: / / HORA:

SAÍDA: DATA: / / HORA:

Decisão Médica ☐ À Revelia ☐ Transferido para:

ÓBITO: DATA: / / HORA: I.T.E.P. ☐

Entregue à família com Atestado ☐ S.V.O. ☐



SERIDÓ  
CLÍNICA

RECEITUÁRIO  
MÉDICO

Laudos

Paciente fibromiálgica, com  
dores musculares, tendo sofrido  
lesões ao nível de pele  
anterior do fêmur direito com refer  
ências no complexo atrofico do  
MID.

Submeter-se a tratamento  
cirúrgico - fraturas.

Encontra-se com déficit  
funcional do MID, com atrofia  
e diminuição de força muscular.  
Bloqueio no movimento do fêmur  
do fêmur D. De início residual e  
claudicação ao deambular.

Dr. Rawlinson Oliveira Santos  
Ortopedia / Traumatologia  
CRM RN 3368

20/11/2019  
Dr. Edmar Medeiros Dantas  
CRM - 942  
Ortopedia / Traumatologia  
CRM RN 942

Rua José Carlos Ferreira, 68-A, Manoel Salustino - Currais Novos/RN  
Fone: (84) 3412-2420 / 3412-3898





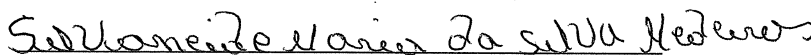
**PROCURAÇÃO PARTICULAR**

**OUTORGANTE:** SILVANEIDE MARIA DA SILVA MEDEIROS, brasileira, união estável, agricultora, portadora da cédula de identidade nº 001.733.489 SSP/RN, inscrito no CPF sob o nº 028.769.004-08, residente e domiciliada no Sítio Umbuzeiro, Zona Rural, Tenente Laurentino Cruz/RN. Fone: (84) 9.9854-2849/ 9856-7611.

**OUTORGADO:** FLÁVIA MAIA FERNANDES, brasileira, divorciada, advogada inscrita na OAB/RN sob o nº 8403, MILENA GALVÃO FERREIRA DE SOUZA, brasileira, divorciada, advogada inscrita na OAB/RN sob o nº 4892, ambas com endereço profissional nesta cidade, na Rua Moisés Galvão, 125, Centro, Currais Novos- RN, CEP: 59.380-000, onde recebem intimações e comunicações deste feito.

**PODERES:** Com poderes das cláusulas “*AD JUDICIA*” “*ET EXTRA*”, e com poderes para confessar, transigir, desistir, fazer acordos, passar recibos, receber importâncias monetárias, requerer medidas preventivas e assecuratórias de direito, defender os interesses do outorgante em qualquer juízo, foro, instância ou tribunal inclusive Justiça Federal, repartições Públicas, federais, estaduais, municipais e autarquias, propor e variar de ações, agravar, apelar e interpor recursos livremente, praticar e assinar tudo o mais que se tome necessário em defesa de seus interesses e direitos, inclusive substabelecer este em que lhe convier, o qual dá, desde logo, por firme e valioso.

Currais Novos/RN, 15 de abril de 2019.



OUTORGANTE

---

Rua Moisés Galvão, nº 125, Centro – Currais Novos / RN - CEP 59380-000

TEL/FAX. (84) 3412-1112 CEL. (84) 9877-0162/9971-7115.

